

A ESCRAVIDÃO NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: ROCHA POMBO E O ENSINO DE HISTÓRIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

MARIA CRISTINA DANTAS PINAⁱ - UESB/UNICAMP

Introdução

Neste texto analisamos o conteúdo sobre o escravo negro e suas implicações político-sociais veiculado no manual didático História do Brasil, de Francisco José da Rocha Pombo, editado em 1919. Esta reflexão constitui parte de um projeto de pesquisa mais amplo, cuja intenção é identificar, a partir da instalação da República até a década de 1980, como a temática escravidão foi construída nos livros didáticos de história, utilizados no ensino secundário, e quais suas implicações sociais e a repercussão desses livros em seus diversos contextos históricos.

A metodologia consistiu da reflexão do contexto sócio-econômico e político vivido pelo autor (abolicionista e republicano), da investigação sistemática do conteúdo do livro, do cotejo entre a obra e a historiografia da época. As categorias analíticas e respectivos indicadores utilizados foram: concepção de história (periodização, fatos, tempo), concepção de sociedade/nação (concepção de homem, composição e relações sociais, hierarquia), concepção de escravo (visibilidade, lugar ocupado, relações sociais). Procurou perceber a relação do particular - o conteúdo sobre escravidão no livro didático -, com o contexto mais amplo, isto é, considerou-se a totalidade histórica em que o objeto estava inserido.

Num primeiro momento é importante situar o debate republicano em torno da educação durante o período de 1890 a 1930, como também o contexto mundial de transformações em que o Brasil estava inserido. Em linhas gerais esse foi o período de instalação e construção dos instrumentos político-institucionais da República e a Escola foi um dos alvos privilegiados de atuação. É um momento intenso no tocante a disputas de ideais, projetos, interesses de toda ordem, no qual os diversos grupos sociais procuravam manter privilégios e dar direção às mudanças.

Momento em que a sociedade brasileira passava por um intenso processo de transformação em sua composição: aumento populacional, crescimento das cidades, grande diversificação étnica da população (negros, imigrantes europeus), tendo como estrutura uma sociedade em transição para inclusão numa nova ordem econômica mundial, chamada de capitalismo monopolista.

Hobsbawm (1992) assinala que essa 'Era' também foi marcada pelas as explicações racistas. A biologia foi utilizada para explicar as diferenças e superioridade dos europeus brancos. Essa estratégia foi fortemente utilizada pelos europeus e também pelas classes dominantes dos países pobres, dos territórios 'neocolonizados', como os países da América Latina, especificamente o Brasil.

O Brasil é marcado, nesse momento, pela substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, porém, não significando o fim do pensamento racista. Momento de intensos debates sobre a composição racial brasileira e as diversas tentativas de explicação do Brasil através do componente racial.

O ensino de história do Brasil

Todo esse debate perpassou também o ensino de história. Nadai (1993) reconstrói a trajetória desse ensino identificando tanto a influência do IHGB como das produções francesas que construíram uma disciplina escolar marcada pela história da civilização, e da nação, formada pela colaboração das três raças, principalmente nas escolas secundárias.

Foi um período de intenso debate em torno da finalidade do ensino secundário: de um lado os que defendiam a manutenção de seu caráter propedêutico e preparatório para o ingresso no ensino superior, de outro lado os que defendiam uma formação mais profissionalizante e a terminalidade. Debate que tinha como pano de fundo a disputa de mercado pelos empreendimentos privados, em sua maioria ligados aos setores católicos (Bittencourt, 1993).

Com a Reforma Francisco Campos, em 1931, o currículo do secundário chegou a uma configuração conciliatória – manteve o caráter preparatório para o superior e uma educação humanística, com a introdução de alguns estudos científicos. Bittencourt (1993) analisa essa conciliação, mostrando a forte influência francesa na organização desse ensino, o qual deveria “basear-se na formação geral e ‘sem preocupação utilitária prática’, tendo ‘por objetivo a formação das elites’” (p. 55). A disciplina História do Brasil e da América constituía o centro do ensino. É neste contexto que deve ser analisada a obra didática História do Brasil de Rocha Pombo e o papel assumido por esta na formação dos jovens do ensino secundário.

Rocha Pombo, a escravidão e o ensino de História do Brasil

José Francisco da Rocha Pombo viveu intensamente as transformações sócio-políticas, econômicas e culturais da transição do século XIX para o XX. Nasceu em Morretes (PR), a 4 de dezembro de 1857, participando ativamente da vida política do país. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, exerceu a função de jornalista, professor, poeta e historiador. Em 1875 fundou e dirigiu o jornal "O Povo" em Curitiba, no qual fez campanhas abolicionista e republicana. Foi eleito deputado provincial em 1886 pelo Partido Conservador.

Mudou-se em 1897, para o Rio de Janeiro onde ingressou por concurso no Colégio Pedro II e lecionou, também, na Escola Normal. Em 1900 foi admitido como sócio efetivo do IHGB. Em 16 de março de 1933 foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, não chegando a tomar posse, pois faleceu no Rio de Janeiro em 26 de julho de 1933.

O manual didático ‘História do Brasil’ foi publicado com o objetivo de ser utilizado nas aulas dos dois últimos anos do curso secundário, como também para servir de material de consulta para professores do ensino primário e do ginásioⁱⁱ. Foi uma obra utilizada por várias décadas, sendo reeditada até os anos de 1960. O livro é composto de 23 capítulosⁱⁱⁱ, que vão desde o Descobrimento do Brasil até à Proclamação da República,

possui 502 páginas, com 90 ilustrações, em sua maioria retratos de personagens ligadas à vida político-administrativa do Brasil (jesuítas, bandeirantes, cenas da vida indígena (três imagens), mapas, arquitetura, paisagens). Em relação aos escravos negros traz apenas uma ilustração no item referente ao tráfico, a reprodução de uma prancha de Ruguendas intitulada ‘transporte de pretos ou escravos para o interior’.

No geral o livro segue as marcas tradicionais de periodização da História do Brasil: descobrimento, colonização, independência, abolição, proclamação da república, marcas da história político-econômica, cuja abordagem tendia a condenar a colonização e valorizar os movimentos de independência e a construção da República.

A presença do escravo negro é destacada em três capítulos: capítulo VI – “Divisão do Brasil em dois governos, e reunião posterior em um só”-, no item ‘Importação de Africanos’ com sete páginas; no capítulo XI – ‘Palmares, Emboabas e Mascates’ -, no item ‘Os Quilombos dos Palmares’ com sete páginas; e no capítulo XXII – ‘A Abolição’ com seis páginas. Vamos ao seu conteúdo.

O Tráfico de Escravos

No item referente à importação de africanos o autor começa justificando a escravidão pela inferioridade da raça africana: “esta é exclusiva e característica das raças africanas degradadas, desde que se puseram em relação com outras raças em mais alto grau de cultura.” (p. 125). Destaca Cuba e Haiti como núcleos que receberam maior leva de africanos, inclusive mais que o Brasil, portanto lá o número de negros é bem maior.

Informa sobre a importância econômica do tráfico, seu funcionamento e destaca a diversidade étnica na distribuição do negro no Brasil: “tem-se calculado em milhões o total de africanos que durante três séculos entrou aqui na fusão geral. É isso bastante para sugerir a enorme importância deste coeficiente na formação do nosso complexo étnico” (p.126).

A riqueza de detalhes das informações é uma característica da obra e dessa temática particularmente. Apesar de não citar referências ao longo do capítulo, tudo indica que Rocha Pombo tinha conhecimento dos estudos etnográficos já iniciados sobre os africanos, como, por exemplo, os estudos de Nina Rodrigues. Além disso, como visto anteriormente, esse momento foi marcado por intensas discussões intelectuais a respeito da presença da raça negra na sociedade brasileira. A História de Rocha Pombo não estava isenta dessa discussão e, certamente, contribui para consolidação de uma explicação para o problema racial na formação do Brasil.

Os Quilombos dos Palmares

Prosseguindo na obra, o autor destaca a experiência do Quilombo dos Palmares. Nesse momento é possível perceber a ambigüidade presente no discurso de Rocha Pombo sobre a presença africana no Brasil. Por um lado reforça a concepção hegemônica do período sobre a inferioridade e o perigo do negro para a sociedade brasileira, mas, por outro lado, não deixa de demonstrar certa admiração pela coragem, determinação e organização desses africanos.

Quando define o quilombo, sua visão preconceituosa sobressai: “É assim que se foram formando esses temerosos agrupamentos que desde o começo do referido século se fizeram em todas as capitanias o terror dos viandantes e das povoações indefesas” (p. 210). Em seguida, responsabiliza, de certa forma, os holandeses pela formação dos quilombos e não a crueldade da condição do escravo, manifestando, mais uma vez, sua concepção republicana, patriótica.

Esses núcleos tomaram grande incremento com a invasão holandesa, em 1630. Apresentaram-se os intrusos em Pernambuco iludindo os cativos com promessas de liberdade. Por sua parte, forçados a defender-se e a fugir, não dispunham os senhores de meios de coação contra os escravos. Disso se aproveitavam os negros para escapar ao jugo do cativo” (p. 240).

Passada a Guerra e tendo prosseguido os Palmares, o autor busca outras explicações.

Passa a ressaltar o perigo para a nação brasileira e a necessidade da destruição:

Passado, porém, o primeiro período da guerra contra os holandeses (o período da resistência) começaram todos, portugueses e flamengos, a aperceber-se daquela **original anomalia**^{IV}, que punha em sério risco o domínio de uns e de outros. E tanto uns como outros começaram a açular aventureiros contra a confederação dos Palmares. (p. 241)

Relata as expedições tanto de holandeses quanto de portugueses para acabar com Palmares, destacando as derrotas sucessivas, a quantidade de negros aquilombados, as táticas empregadas pelos negros, etc. Além disso, descreve também um pouco da organização política e da vida social desses quilombos. Aqui se percebe, mais uma vez, a influência ou mesmo preocupação por parte da intelectualidade brasileira da época de conhecer em detalhes a vida dos africanos:

Cada um desses grandes arraiais tinha o seu rei, que vivia venerado na sua *mussumba* (palácio), tendo o seu conselho de anciãos e os seus generais. Na vida dessas grandes aldeias reproduziu-se quase tudo da vida africana, apenas alguma coisa alterada sob a influência do culto católico e da civilização colonial. (p. 241)

Destaca os quilombos do *Macaco* e *Sucupira* como os principais, detalhando informações sobre suas lideranças, como o *Gangazuma*. Em seguida, ao descrever a resistência dos negros aquilombados, manifesta mais uma vez seu espírito patriótico. Coloca nos negros os sentimentos patrióticos que gostaria que todos os brasileiros tivessem, construindo assim uma explicação para a resistência a partir dos ideais de nação:

Durante vinte anos repetiram-se tentativas infrutíferas contra aqueles dois redutos, onde se sabia concentrado o maior poder dos quilombolas. Com uma tenacidade admirável, porém, e com um vigor e coragem só próprio de quem defende a pátria, zombaram os negros de todos os esforços, frustrando nada menos de vinte e cinco expedições até 1674. (p. 242)

Porém volta a manifestar a temeridade e preocupação com essas vitórias. Era preciso, na sua visão, urgência na destruição de Palmares: “(...) eram gerais as queixas e reclamos das populações, expostas à **audácia**^V crescente dos negros, vangloriosos daqueles repetidos insucessos dos brancos” (p. 242). Descreve o roteiro das principais expedições e suas derrotas e ganhos. Nesse momento, o discurso histórico de Rocha Pombo contribui para a construção de outro mito da historiografia nacional – o Bandeirante: “Só mesmo o *bandeirante* seria capaz de dar cabo daqueles negros, que se haviam assenhorado de florestas tão vastas e escusas, e que, pela sua união e disciplina, tanto

como pelo seu número, se tinham tornado mais temerosos que os próprios índios” (p. 244).

Finaliza informando sobre a definitiva destruição dos Palmares, demonstrando alívio em tal ato: “Assim caiu, em 1694, o último reduto dos Palmares, ao cabo de mais de 50 anos de luta com que se afrontou a sociedade colonial” (p. 246).

A Abolição

No capítulo referente à Abolição, vai descrever o processo de libertação da escravatura associada a um contexto de mudanças institucionais por que passava o Brasil, o qual o levou à proclamação da República, obra máxima segundo o autor. Analisa a abolição como uma das reformas mais importantes para o destino da nação, porém ressalta e justifica a necessidade de prudência que ocorreu na sua efetivação, por conta do perigo que representava para a estrutura sócio-econômica brasileira:

A escravidão era o maior dos males que nos legara o regime de colônia. Quando nos apercebemos dele, tão fundo havia penetrado em nosso organismo social, que a sua eliminação constituiu o mais temeroso dos problemas com que tivemos de arcar. Por isso mesmo é que se explica a obstinada resistência de muitos. (453)

Apresenta o processo de reformas em relação à escravidão, as leis aprovadas e, enfim, analisa a abolição como um ato inevitável, necessário e inexorável ao processo de evolução do país: “Não havia, com efeito, nenhuma providência com que se pudesse adiar a única solução que todos reconheciam como imperiosa e inevitável. Vitoriosa no sentimento geral, dir-se-ia que a abolição imediata só esperava pela solenidade de um ato legislativo” (p. 451).

Em seguida transcreve a lei Áurea e os detalhes do Rio de Janeiro naquele momento, indicando uma participação popular e fazendo uma apologia do ato da Princesa regente. Como abolicionista e republicano que era, Rocha Pombo reconhece o prejuízo histórico da escravidão e entende que, para o progresso da nação era necessária a abolição. Mas, ao mesmo tempo, consciente do papel econômico que a escravidão representava, defendendo os interesses dos grandes proprietários rurais, ele reforça a necessidade do

processo ter sido gradual e lento. Abolição sim, mas sem prejuízos para os proprietários de escravos. Esta foi a posição de muitos abolicionistas oriundos da classe social proprietária que conciliou o liberalismo econômico com a mão de obra escrava.

Algumas considerações finais

A obra de Rocha Pombo está sustentada numa visão de história como manifestação da trajetória da formação da nação brasileira, consolidada com a proclamação da República. Como parte dessa concepção de história, o escravo negro aparece como elemento formador da nação, porém ocupando um lugar 'menor' nesse processo pela inferioridade da raça e das civilizações africanas em relação à civilização européia. Mesmo destacando a crueldade da escravidão, muitas vezes em tom de denúncia, justifica sua existência por séculos em nome de um projeto maior – a construção da nação brasileira livre e soberana.

Nesse sentido consideramos que Rocha Pombo reforça uma visão do negro predominante naquele período – inferior, atrasado culturalmente, incapaz de progredir tecnologicamente e, portanto, destinado ao fracasso ou ao desaparecimento. Na obra como um todo a visão racista e de superioridade da raça branca é a dominante, produzindo intensas implicações para a visão de mundo racista e hierarquizada, alimentada através das escolas e difundida na sociedade como um todo. Sua história contribui, assim, para a manutenção de uma sociedade sustentada em privilégios econômicos, os quais têm respaldo nos valores ideológicos que justificavam a posição social de superioridade assumida pelos brancos.

ⁱ Doutoranda em História da Educação, bolsista da Capes/PQI, vinculada ao Grupo de Pesquisa HISTEDBR. tinapina@uol.com.br

ⁱⁱ Rocha Pombo escreve outros manuais didáticos como Nossa Pátria (1914), para uso do primário e Compêndios de História da América (1900).

ⁱⁱⁱ Acrescido na sua 8ª edição (1958) de mais um capítulo, o capítulo XXIV redigido pelo revisor Hélio Vianna. Cabe destacar que nesse artigo a obra analisada corresponde a esta edição de 1958.

^{iv} Grifo nosso.

^v Grifo nosso.